



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2017**

1 Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às dez horas e dezesseis minutos,  
2 deu-se início, na sala da UNIG, situada na Rua Henrique Duque Estrada Mayer, novecentos – Posse  
3 - Nova Iguaçu, a terceira reunião Ordinária CIR da Metropolitana I. Presença dos membros **da**  
4 **Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES):** Representantes do Nível Central da SES  
5 – Sra. Monique Fazzi (Assessora da Regionalização) e Sra. Monica Almeida (Assessora de  
6 Planejamento), Sra. Patrícia Vanda dos Santos Rocha – Secretária Executiva CIR Metropolitana I,  
7 Sra. Sidnéa Alvim da Silva – Assistente da SE/CIR Metro 1. Sra. Maria de Fátima Rezende –  
8 apoiadora do COSEMS. **Representantes das Secretarias Municipais de Saúde: SMS Belford**  
9 **Roxo** – Sr. Silvano Ferreira de Sena – Secretário de Saúde e Sra. Cristina Frazão – Assessora de  
10 Gabinete; **SMS Itaguaí** – Suplente - Sra. Dulce Maria de Souza Inoue – Assessora de  
11 Planejamento; **SMS Japeri** – Suplente Sr. Elizeu Veiga de Azevedo – Subsecretário de  
12 Planejamento; **SMS Magé** – Suplente - Sra. Simone Leal de A. Salles – Coord. AB; **SMS**  
13 **Mesquita** – Suplente – Sra. Eliane Guimarães – Coordenadora de Apoio Institucional e Sra. Aline  
14 Lopes; **SMS Nilópolis** – Suplente Sr. Franklin Monteiro – Subsecretário; **SMS Queimados** –  
15 Suplente Sra. Maria Betânia Pessoa – Assessora Técnica; **SMS Rio de Janeiro** – Suplente – Sra.  
16 Cristiany Ávila – Assessora; **SMS - São João de Meriti** – Sra. Marcia Fernandes Lucas –  
17 Secretária de Saúde e Sr. Franklin Monteiro – Assessor de Planejamento; **SMS Seropédica** –  
18 Suplente - Sra. Elisangela Machado de Faria – Coord. Contratos e convênios. Ficaram sem  
19 representação a **SMS Duque de Caxias** e **SMS Nova Iguaçu**. A Sra. Monique, após uma rodada de  
20 apresentação dá início a reunião. A Sra. Patrícia esclarece que a Sra. Cristiany Ávila,  
21 excepcionalmente, está representando o município do Rio de Janeiro, tendo em vista a ausência do  
22 suplente indicado. Essa alteração pode ser feita e foi admitida pela apresentação de ofício emitido  
23 pelo Sr. Secretário autorizando tal substituição. A Sra. Monique diz que fará inclusão de pauta do  
24 assunto relacionado ao calendário de reuniões, visto que tal assunto deveria ter sido pactuado desde  
25 a primeira reunião. **I Pactuação – 1. Definição do local para reunião da CIR e Câmara Técnica**  
26 - Há duas hipóteses a serem discutidas quanto ao local das reuniões: a) que sejam itinerantes; b) que  
27 sejam em local fixo. Após ampla discussão a plenária definiu que as reuniões da CIR e CT sejam  
28 fixas no município de São João de Meriti, até que haja manifestação de mudança pela própria  
29 plenária. **2. Fluxo de PPI** – A Sra. Monique esclarece que, desde que o fluxo sugerido pelo grupo  
30 SES/COSEMS (grupo anteriormente instituído para criação desse fluxo) foi pactuado, no ano  
31 passado, houve questionamentos e indagações pelas CIR do estado. Muitos afirmavam que o  
32 andamento do fluxo tornou-se lento e burocrático. A fim de minimizar a burocracia propõe-se que o  
33 novo fluxo seja iniciado pela solicitação do município em CIR, através de documento contendo a  
34 comprovação da ciência do prestador do remanejamento do recurso e a comprovação de que o novo



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2017**

35 prestador tem capacidade instalada para execução do serviço e pactuada a solicitação. Dessa forma  
36 a Secretaria Executiva da CIR, encaminha a documentação à Assessoria de Regionalização para  
37 envio à SAECA, que fará a análise. Após análise em caso positivo o assunto será encaminhado a  
38 CIB para pactuação. Em caso negativo a SAECA fará a devolução dos documentos ao município  
39 solicitante para as devidas adequações. A discussão ficou em torno da escassez de serviços e ofertas  
40 na Região, entretanto houve consenso e o fluxo foi pactuado como sugerido. **3. Solicitação de**  
41 **indicação de técnicos da Região para compor a Comissão de Regulação e PPI SES/COSEMS -**  
42 a Sra. Monique esclarece que essa pauta foi solicitada pelos municípios. O assunto se refere ao  
43 grupo de trabalho composta pela SES, COSEMS e o município do RJ com o objetivo de discutir a  
44 PPI e Regulação. Devido a importância dos temas, a Região solicita que haja representantes dos  
45 municípios no referido grupo. Informa que o Estado entende como razoável a solicitação e concorda  
46 em deliberar o assunto. O Sr. Franklin lembra que devem ser um representante em cada grupo: um  
47 no grupo da PPI e outro no grupo da Regulação. São indicados o sr. Silvano Ferreira de Sena -  
48 Secretário de Saúde de Belford Roxo, para a comissão sobre PPI. A Sra. Monique diz que o Sr.  
49 Silvano irá representar os municípios da baixada, visto que o município do RJ tem parte na  
50 comissão. Dessa forma deverá responder por todos os municípios da baixada. Para tanto o GT  
51 Regional da PPI deverá entregar a demanda, a fim de que o Sr. Silvano tenha material para  
52 subsidiar a discussão. Nessa mesma lógica deve ser tratada a representação da comissão de  
53 regulação. Orienta que os assuntos devem ser discutidos pelos técnicos dos municípios em GT  
54 específico, visto que as comissões serão provisórias. A plenária entende que o GT de Planejamento  
55 da Região irá levantar as demandas para subsidiar as discussões das comissões de PPI e Regulação.  
56 Fica pactuada a solicitação de inclusão dos nomes do Sr. Silvano Ferreira de Sena e Franklin  
57 Monteiro para as comissões de PPI e Regulação respectivamente, sendo ambos de indicação da  
58 Região. **4. Habilitação e qualificação da UPA 24h – Jardim Iris, como UPA 24h ampliada -**  
59 Solicitação de pauta pelo município de São Joao de Meriti em conformidade com a portaria número  
60 dez/GM/MS, de três de janeiro de dois mil e dezessete, que redefine as diretrizes de modelo  
61 Assistencial e financiamento de UPA vinte e quatro horas de Pronto Atendimento, como  
62 Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde. A Sra.  
63 Marcia Fernandes esclarece que a unidade de Jardim Iris estava fechada a dois anos. O Estado  
64 visitou a unidade. O pleito é para reabertura como UPA Infantil, o que justifica o pedido de  
65 habilitação. O sr. Franklin complementa dizendo que essa UPA foi construída com recursos do  
66 governo federal. Após um tempo de funcionamento foi transferida para o município e  
67 posteriormente fechada. A última informação é de que a unidade tenha sido transferida para o  
68 Estado. Em conversa com o Estado ficou entendida a necessidade de reabrir como UPA pediátrica.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2017**

69 A plenária pactua o pleito. **5. Habitação e qualificação das unidades mistas 24h de Suruí, Mauá**  
70 **e Fragoso como UPA 24h ampliada no município de Magé** – Por solicitação do gestor do  
71 município de Magé, através do ofício nº 51/2017, de Habilitação e Qualificação das unidades mistas  
72 vinte e quatro horas de Suruí, Mauá e Fragoso como UPA vinte e quatro horas ampliadas. O assunto  
73 foi pactuado sem manifestação contrária. **6. Ratificação da Deliberação CIR M1 nº 12 - Pactua**  
74 **Ad referendum emendas parlamentares do município de Magé.** **7. Ratificação da Deliberação**  
75 **CIR M1 nº 13 Pactua Ad referendum emendas parlamentares do município de Nova Iguaçu.**  
76 **8. Ratificação da Deliberação CIR M1 nº 15 Pactua Ad referendum emendas parlamentares**  
77 **do município de Seropédica.** A Sra. Monique lembra que a deliberação Ad Referendum foi  
78 emitida, a fim de possibilitar aos municípios que tivessem demanda de Emendas parlamentares  
79 deliberação para alimentar o sistema. Dessa forma poderiam dar continuidade ao processo sem  
80 prejuízo. Pela manifestação da Sra. Dulce de que o município de Seropédica também foi  
81 beneficiado, a Deliberação Ad Referendum CIR M1 número quinze foi incluída na pactuação.  
82 Portanto foram pactuadas as ratificações das Deliberações Ad Referendum número doze, treze e  
83 quinze relativas aos municípios de Magé, Nova Iguaçu e Seropédica. Também como inclusão de  
84 pauta a Sra. Patrícia apresenta as emendas parlamentares dos municípios de Duque de Caxias e Rio  
85 de Janeiro. Com o de acordo da plenária foram pactuadas as emendas parlamentares conforme  
86 exposto. **9. Ratificação da Deliberação CIR M1 nº 14, em que Pactua ad referendum em nível**  
87 **regional as metas para o processo de pactuação das metas dos indicadores para o ano de 2017**  
88 – A Sra. Monique esclarece que a deliberação foi pactuada Ad Referendum na última reunião, tendo  
89 em vista que grande parte dos municípios não havia apresentado aos respectivos conselhos de  
90 Saúde. Questiona se os municípios cumpriram a apresentação ao CMS, a fim de ratificar a  
91 pactuação. A manifestação é negativa. A Sra. Monica lembra que o SISPACTO está funcionando e  
92 diz que a Assessoria do Pacto está à disposição para auxiliar os municípios no que for necessário.  
93 Informa que não é necessária a aprovação do CMS, entretanto ressalta a importância de que seja  
94 apresentado a esses as metas propostas pelo gestor. A Sra. Monique sugere que o assunto seja  
95 retirado de pauta, tendo em vista que a maioria dos municípios ainda não concluiu a pactuação, bem  
96 como não apresentaram ao respectivo conselho. Dessa forma, mantem-se a Deliberação Ad  
97 Referendum para ratificação na próxima reunião. A plenária manifesta-se de acordo. A Sra. Monica  
98 diz que a pactuação do FORMSUS é para ser enviada a área técnica do estado e os indicadores do  
99 SISPACTO para o SINAN. Terminados os temas de pactuação iniciam-se os informes. **II –**  
100 **Informes – 1. Rede Cegonha** – A Sra. Patrícia informa que no próximo mês o Grupo Condutor da  
101 Rede Cegonha fará sua reunião em concomitância com a CIR para discussão do monitoramento do  
102 Ministério da Saúde que ocorreu no ano de dois mil e dezesseis, na qual foi encontrado



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2017**

103 discordâncias entre o informado e as visitas. Dessa forma, a CIR solicita a Sra. Marcia, Secretária  
104 de Saúde de São João de Meriti, a possibilidade de que haja, no próximo mês dois espaços para a  
105 realização da reunião CIR e outro para a reunião do GCRC, a fim de otimizar o deslocamento dos  
106 participantes. A Sra. Márcia concorda com o exposto e afirma positivamente, a disposição do local.  
107 **2. Implantação do CAPS II – RJ** - A Sra. Patrícia esclarece que o município do RJ inclui como  
108 informe a sua solicitação de implantação de dois CAPS II. **3. Reuniões paralelas no CISBAF** - A  
109 Sra. Monique informa que estão ocorrendo reuniões no CISBAF sobre temas técnicos. Houve uma  
110 colocação por parte do Secretário no período de acolhimento dos novos gestores de que os locais  
111 das reuniões fossem em conjunto, nas regiões que tem consórcio, com atas separadas. Cada região  
112 deve avaliar se fará dessa forma ou não. Entende-se que o consórcio é um braço operacional forte  
113 para o gestor, principalmente em questões regionais. Espera-se que haja também aumento da  
114 frequência dos gestores nas reuniões da CIR, visto que é característica a presença dos suplentes. A  
115 sugestão das reuniões conjuntas com os consórcios ocorreu para garantir mais frequência dos  
116 gestores, com a diminuição do número de reuniões. A Sra. Márcia esclarece que, de acordo com a  
117 Sra. Rosangela Bello, os assuntos podem ser discutidos no consórcio de forma regional. A Sra.  
118 Dulce diz que entende que a idéia do consórcio de centralizar o serviço, a fim de administrar as  
119 demandas dos municípios, na contratação de serviços é interessante desde que seja focada na  
120 necessidade de cada um. Não há interesse na participação do consórcio se a dispensação do recurso  
121 for para administrar serviços de forma global. A Sra. Cristiane Ávila em relação ao município do RJ  
122 - que não é consorciado - entende que, o consórcio, como um ente operacional não deve mediar  
123 discussão dos assuntos dos serviços. A Sra. Monique conclui dizendo que os secretários junto com  
124 sua equipe técnica entendem que os espaços são diferentes: um é espaço de gestão e o outro de  
125 operacionalização de algumas ações regionais e ambos são importantes. Ela sugere a Secretaria  
126 Executiva/CIR que encaminhe ao CISBAF a agenda de reuniões, a fim de que haja um alinhamento  
127 para facilitar a programação das discussões. O Sr. Silvano cita como exemplo as compras de  
128 medicamentos feitas pelo CISBAF que tem menor custo para o município. A Sra. Dulce diz que o  
129 ideal é que todos pudessem respeitar os compromissos feitos na PPI. O Sr. Silvano faz uma  
130 explanação de seu atendimento e PPI em seu município. Esclarece que a solução encontrada foi  
131 trazer os recursos que estão fora de volta para região. Reforça a necessidade de regulação e contra  
132 referência para maior controle do serviço prestado e recurso gasto. A Sra. Cristiany diz que o RJ  
133 estará fazendo uma revisão da sua PPI. A Sra. Bethânia diz que o cuidado com o calendário é muito  
134 importante para evitar as múltiplas reuniões para o mesmo fim. A Sra. Monica diz que orientou a  
135 SE/CIR que convide a Sra. Rosangela Bello para as reuniões de CT como ouvinte, visto que o  
136 consórcio não é parte integrante da CIR. A discussão continuou com o foco na atenção básica e seus



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Saúde**  
**Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I - 2017**

137 entaves. A Sra. Marcia (São João de Meriti) exemplifica dizendo que foi necessário ir a Brasília  
138 para solicitar a liberação e aprovação dos projetos da atenção básica que lá estão parados. Sem  
139 outros assuntos a serem discutidos a Sra. Monique encerra a reunião às onze horas e treze minutos.  
140 Eu Sidnéa Alvim da Silva – Assistente da SE/CIR, lavrei a presente ata que será assinada por mim,  
141 pela secretária executiva e pelos gestores, após aprovação.